

MP-AC faz cartilha que orienta gestantes a detectarem os tipos de violência obstétrica

Cartilha foi lançada nesta terça-feira (25) na Maternidade Bárbara Heliodora. Material aborda alguns tipos de violências sofridas por mulheres durante o parto

(G1 Acre, 26/06/2019 - acesse no site de origem)

Violência verbal e emocional, abusos físicos, intervenções desnecessárias e até procedimentos sem a permissão da paciente. Esses são alguns dos exemplos de violência obstétrica citados na cartilha Diretos da Mulheres no Parto, lançada pelo Ministério Público do Acre, nesta terça-feira (25).

O lançamento foi feito na Maternidade Bárbara Heliodora, em Rio Branco, e contou com a participação de membros do MP, direção da unidade e grávidas.

Toda mulher tem direito a assistência de saúde digna e respeitosa em toda gestão ou durante o parto, inclusive em casos de aborto. Mas, nem sempre os atendimentos é humanizado e o sonho de se tornar mãe vira um pesadelo.

O material pretende alertar também os profissionais de saúde sobre os direitos das mulheres durante o parto. De acordo com cartilha, uma a cada quatro mulheres sofrem violência física ou verbal durante o parto.

“A ideia surgiu a partir da audiência pública que realizamos em setembro do ano passado. Precisávamos difundir informações, realizar o diálogo e debater sobre a questão da violência obstétrica. Então, consolidamos isso em uma cartilha com essas finalidades, de fazer o debate com a população e levar as informações a todos e, através do conhecimento, eliminar a prática da violência”, contou o promotor de Justiça Gláucio Ney Shiroma Oshiro.

Tipos de violência

A cartilha descreve as principais violências obstétricas relatadas pelas mulheres durante os atendimentos. Entre elas estão abuso físico, violência verbal e emocional, discriminação, além de intervenções desnecessárias e até sem o consentimento da grávida.

“Como por exemplo, um parto cirúrgico desnecessário, uma episiotomia também sem indicação clínica, mas também infantilizando o tratamento da paciente, tratando com modos ríspidos, com piadas, grosserias, não fazendo o acolhimento humanizado necessário”, ressaltou o promotor.

As cartilhas foram entregues para gestantes que estavam na maternidade, para que conheçam o tema e denunciem os casos de abusos.

“O tema violência obstétrica é nacional, polêmico e acho que esse é o primeiro passo para se iniciar as discussões a respeito disso e para chegar aos consensos. As pessoas têm medo de discutir esse tema, mas achamos que a gestão trazendo demonstra maturidade sobre isso”, acrescentou o diretor da maternidade Wagner Barcelar.

Projetos podem tirar violência obstétrica da 'invisibilidade'

(O Tempo, 03/04/2016) Câmara Federal tem propostas para combater prática, que ocorre de forma velada nas maternidades

“Pedi para descer da maca e caminhar para ajudar no trabalho de parto, mas não me deixaram. Era mais uma regra do hospital”. A jornalista Luciene Câmara, 34, tinha consciência de que o que estavam fazendo com ela na maternidade, no dia em que dava à luz seu primeiro filho, era a chamada “violência obstétrica”. Já é comprovado, segundo especialistas, que a posição vertical favorece naturalmente a saída do neném. Ainda assim, a gestante hesitou em reclamar e se sentiu vulnerável. “Tive medo de questionar muito e isso interferir no tratamento que eu e meu bebê receberíamos”, conta.

Luciene não está sozinha nas lembranças. O momento, esperado com tanto amor, para muitas mães se converte em uma experiência desumana. Assim, as palavras ditas em 2011 pelo médico francês Michel Odent, conhecido pela defesa do parto natural, se encaixam perfeitamente nesse contexto: “Para mudar o mundo, primeiro é preciso mudar a forma de nascer”.

Um dos caminhos para o fim da violência obstétrica está em previsões legais para assegurar um parto mais humano. Nesse sentido, tramita, há quase dois anos, na Câmara dos Deputados, em Brasília, o Projeto de Lei 7.633, do deputado Jean Wyllys (PSOL). Ele prevê à gestante a garantia do parto humanizado, do acompanhamento, da correta informação sobre procedimentos e direitos, além da mínima interferência médica. A proposta aguarda parecer do relator na Comissão de Educação da Casa.

Velada. Na verdade, o projeto de Jean Wyllys faz um compilado de legislações e portarias de saúde já em vigor para proteger os direitos dos futuros mães e pais. Especialistas e ativistas da causa apontam que a violência obstétrica - ou violência institucional na atenção obstétrica - ocorre de forma tão velada que não há obrigação de notificação dos casos por parte das autoridades, como acontece com a violência doméstica, por exemplo. Não há, portanto, informações oficiais sobre essa realidade. Poucas mulheres recorrem à Justiça, e, em Belo Horizonte, a Defensoria Pública não tem nenhuma demanda desse tipo.

“A violência obstétrica está muito relacionada à visão da mulher. Muitas não percebem o que é a violência sobre seu corpo. É preciso disseminar informação”, diz Sônia Lansky, coordenadora da Comissão Perinatal da Secretaria Municipal de Saúde de BH.

Pesquisas mostram, porém, que, já em 2010, uma em cada quatro mulheres sofriam violência no parto no Brasil. No caso de Luciene Câmara, dentre outras agressões, ela teve, a contragosto, seu parto induzido com ocitocina sintética, que estimula dilatação e contrações.

Sem consulta ou conversa, o obstetra fez a episiotomia (corte da vagina) e usou o fórceps, uma espécie de concha para ajudar a puxar o bebê.

Outra proposta

Federal. O deputado federal Marco Feliciano (PSC) possui projeto de lei para tornar a violência obstétrica crime de constrangimento ilegal, mas há críticas de que o projeto minimiza a situação.

Joana Suarez

Acesse no site de origem: [Projetos podem tirar violência obstétrica da 'invisibilidade' \(O Tempo, 03/04/2016\)](#)

Violência no parto é tema do 'Especial Cidadania' desta semana

(Agência Senado, 14/03/2016) O Ministério da Saúde tem normas que orientam o parto humanizado em hospitais públicos e particulares, mas, muitas vezes, as regras não são cumpridas. O Congresso Nacional trabalha para transformar essas normas em lei. O assunto é tema do *Especial Cidadania* desta terça-feira (15).

Acesse no site de origem: [Violência no parto é tema do 'Especial Cidadania' desta semana \(Agência Senado, 14/03/2016\)](#)

Mapeamento de violência no parto quer prevenir ocorrências nos serviços de saúde

(Agência Brasil, 12/08/2015) “Minha sensação é que eu não servia para ser mãe. Não consegui fazer o parto do jeito certo [normal], não conseguia amamentar. Tinha algo muito errado comigo. Fui abrindo mão de muitas coisas e isso influenciou a minha maternidade”.

O relato é da jornalista Carol Patrocínio, 30, sobre as consequências da violência que sofreu durante o parto do primeiro filho, quando tinha 18 anos.

Maus-tratos e desrespeito na gravidez são situações que afetam muitas mulheres. Para enfrentar o problema, uma pesquisa da OMS (Organização Mundial da Saúde) mapeou sete tipos de violência no parto. O objetivo é identificar e prevenir essas ocorrências nos serviços de

saúde.

Somente quando engravidou do segundo filho, sete anos depois, Carol se deu conta de que não era normal ter passado por situações de maus-tratos e desrespeito. “Quando você começar a ler e a conversar com outras mulheres, você vê que a culpa não é sua, que essa violência é institucionalizada”, relatou.

Entre as situações vividas pela jornalista no nascimento de Lucas, hoje com 11 anos, ela citou a cesariana sem indicação, a espera de seis horas sem acompanhante para a cirurgia e a orientação para que permanecesse todo o período de espera em uma só posição, pois, caso contrário, o bebê estaria em risco.



Organização Mundial da Saúde mapeou sete tipos de violência no parto para prevenir essas ocorrências (Foto: Marcello Casal Jr/Divulgação/Agência Brasil)

O professor João Paulo Dias de Souza, da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, da USP (Universidade de São Paulo), coordenou o estudo da OMS nas línguas portuguesa, espanhola e francesa. Ele disse que a metodologia foi encontrar na literatura quais os tipos de maus-tratos e desrespeito haviam sido relatados por mulheres no momento do parto. “Procuramos todos os estudos que reportavam algum tipo de desrespeito, abusos e maus-tratos”, explicou.

Foram reunidos 65 trabalhos, realizados em 34 países. Os resultados foram publicados no fim de junho na revista PLOS Medicine, dos Estados Unidos. São sete os tipos de violência mapeados: abuso físico, abuso sexual, preconceito e discriminação, não cumprimento dos padrões profissionais de cuidado, mau relacionamento entre as mulheres e os prestadores de serviços e condições ruins do próprio sistema de saúde.

Para Souza, muitas dessas situações ocorrem sem que haja intencionalidade por parte dos profissionais, mas são estimuladas por um alto nível de desgaste, estresse e pelas limitações dos serviços de saúde. “A partir dessa constatação, temos que desenvolver estratégias para desarmar esses ambientes tóxicos em que muitas maternidades se constituem”, defendeu.

Gritos, chutes, beliscões, julgamentos, esbofeteamento, comentários acusadores e até mesmo abuso sexual foram agressões relatadas pelas gestantes na pesquisa. O coordenador reforça que esses episódios foram encontrados em vários países.

“Ocorre em diferentes proporções, intensidades, mas no mundo inteiro”, afirmou. A publicação, no entanto, cita o Brasil em cinco momentos, ao se referir à restrição da presença de acompanhante, a situações de grito contra as mulheres, à restrição nos leitos e aos relatos das mulheres de que os profissionais de saúde evitavam de maneira intencional a troca de informações.

Assim como relatado por Carol, os traumas desse tipo de situação podem durar por um tempo e ter impacto para a mãe e o bebê. “São descritas condições patológicas, onde a mulher passa a ter uma lembrança negativa que lhe atormenta e isso a gente chama a síndrome de estresse pós-traumático. Pode ter impacto na saúde da mulher e na ligação dela com a criança”, disse o professor da USP.

A violência no parto leva também à maior ocorrência de depressão e piora da autoestima da mulher. Souza acredita que a definição dos tipos de violência ajuda a tornar clara, tanto para pacientes quanto para profissionais de saúde, comportamentos que não devem ocorrer nas unidades de saúde.

“[Devemos], ao mesmo tempo, empoderar as mulheres para que elas tenham a capacidade de dizer: “esse cuidado não é adequado”; e aumentar também o nível de consciência para que os próprios serviços de saúde estejam alerta para essa situação”.

Ele destacou que o propósito não é apontar os profissionais responsáveis, mas discutir e combater o problema de forma geral. Carol também aposta na iniciativa. “É muito importante que a gente coloque tudo bem didaticamente para não ter dúvidas e conseguir transformar. O primeiro passo é definir o limite das coisas”, defendeu.

Camila Maciel; Edição - Graça Adjuto

[Acesse no site de origem: Mapeamento de violência no parto quer prevenir ocorrências nos serviços de saúde \(Agência Brasil, 12/08/2015\)](#)